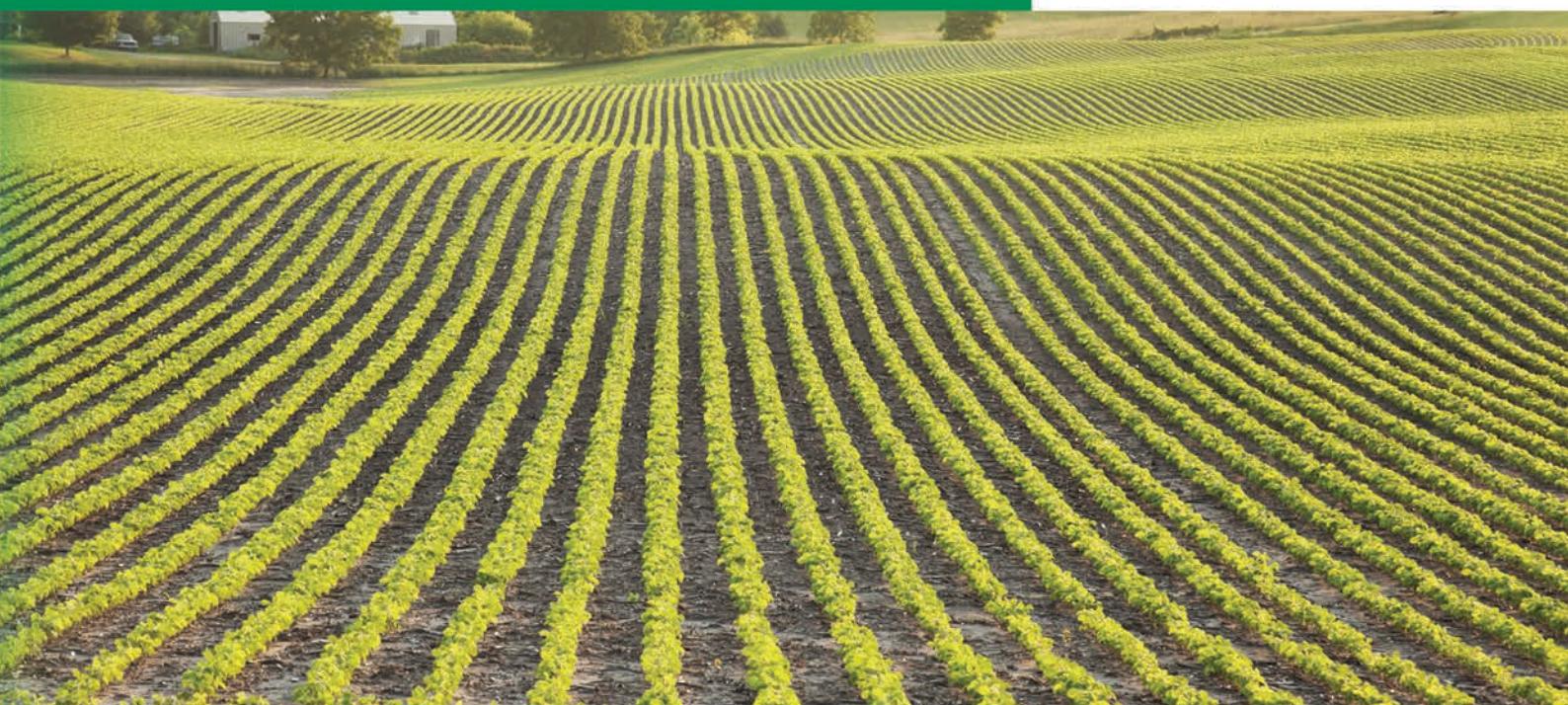


Demonstrações
Financeiras

2013

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Banco Cargill

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Cargill S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As preocupações do mercado global continuaram com foco no crescimento Chinês e principalmente no desenrolar da política econômica dos Estados Unidos.

O tão esperado início da retirada dos estímulos à economia pelo governo norte-americano finalmente aconteceu na última reunião do ano, em dezembro de 2013, quando o Banco Central dos Estados Unidos reduziu em USD 10 bilhões a injeção de capital mensal que vinha na casa de USD 85 bilhões.

No mercado local as preocupações continuaram as mesmas do primeiro semestre, focadas na inflação próxima ao teto da meta e ao baixo crescimento do PIB.

A preocupação com a inflação levou o Banco Central do Brasil a continuar até o final do ano com o movimento de subida de juros iniciado no primeiro semestre, encerrando o mesmo com a taxa SELIC em 10%.

Este cenário de bastante incerteza gerou volatilidade no mercado global e também local, que viu o real se desvalorizar, chegando a ser negociado acima de R\$ 2,45 por dólar, enquanto as taxas de juros de longo prazo operaram acima dos 12% a.a.

Desempenho

O Banco Cargill S.A. encerrou o exercício de 2013 com R\$ 1.824.154 em ativos, e lucro líquido de R\$ 40.337. Nossa carteira de crédito atingiu em R\$ 1.449.185.

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 359.869, uma evolução de 28,5% ante R\$ 280.039 em 31 de dezembro de 2012.

Governança Corporativa

Fundado em 2000 com o objetivo de ampliar a eficiência das soluções financeiras oferecidas pela Cargill Agrícola S.A. aos produtores rurais, o Banco Cargill S.A. presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas. O Banco Cargill S.A. soma experiência e credibilidade no mercado financeiro ao conhecimento no agronegócio para trazer benefícios a seus clientes e agilizar decisões na aprovação de crédito.

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança e transparência. O Banco Cargill S.A. está estruturado de forma a conduzir-se no caminho do crescimento sustentado, tendo como base o conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Segue, ainda, as diretrizes e políticas do Código de Conduta da Cargill.

Destaques do período

EVOLUÇÃO	2012	2013	Variação
Carteira de crédito	1.442.340	1.449.185	0,5%
Emissão de letras de crédito do agronegócio	410.476	491.782	19,8%
Patrimônio líquido	280.039	359.869	28,5%
Resultado da intermediação financeira antes da PCLD	66.884	88.180	31,8%
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.764)	(16.557)	-33,1%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	40.858	47.978	17,4%

Considerações finais

O Banco Cargill S.A. não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil que visam a redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiro e internacional.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos colaboradores que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 18 de março de 2014

A Administração

ATIVO	Nota	2013	2012
CIRCULANTE		1.657.258	1.945.145
Disponibilidades		11.138	44.287
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	114.948	391.509
Aplicações no mercado aberto		114.342	391.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros		606	501
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		147.178	102.143
Carteira própria	6a	68.621	55.129
Instrumentos financeiros derivativos	6b	42.109	21.493
Vinculados à prestação de garantias	6a	36.448	25.521
Relações interfinanceiras		1.508	821
Créditos vinculados - Banco Central		1.508	821
Operações de crédito		701.684	693.903
Operações de crédito - setor privado	7	726.770	706.222
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(25.086)	(12.319)
Outros créditos		676.536	712.446
Carteira de câmbio	8	662.650	700.942
Negociação e intermediação de valores	6b	739	232
Diversos	9	19.515	28.791
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(6.368)	(17.519)
Outros valores e bens		4.266	36
Despesas antecipadas		4.266	36
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		166.678	49.724
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		21.183	602
Carteira própria	6a	17.563	—
Instrumentos financeiros derivativos	6b	3.620	602
Relações interfinanceiras		469	328
Créditos vinculados - Banco Central		469	328
Operações de crédito		115.863	23.909
Operações de crédito - setor privado	7	120.485	29.063
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(4.622)	(5.154)
Outros créditos		29.163	24.885
Diversos	9	29.163	24.885
PERMANENTE		218	190
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	10	104	140
Outras imobilizações de uso		370	631
Depreciação acumulada		(266)	(491)
Intangível		113	49
Ativos intangíveis		113	49
TOTAL DO ATIVO		1.824.154	1.995.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais - R\$

PASSIVO	Nota	2013	2012
CIRCULANTE		1.287.824	1.570.816
Depósitos	11	68.083	374.179
Depósitos à vista		1.082	43.663
Depósitos a prazo		67.001	330.516
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	491.782	410.476
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		491.782	410.476
Relações interdependências	23a	9.039	42.081
Recursos em trânsito de terceiros		9.039	42.081
Obrigações por empréstimos	13	661.389	697.907
Empréstimos no exterior		661.389	697.907
Obrigações por repasses do exterior	14	256	280
Resspasses do exterior		256	280
Instrumentos financeiros derivativos	6b	39.189	22.336
Instrumentos financeiros derivativos		39.189	22.336
Outras obrigações		18.086	23.557
Carteira de câmbio	8	–	153
Sociais e estatutárias		2.662	329
Fiscais e previdenciárias	16a	14.529	22.105
Diversas	16b	895	970
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		176.461	144.204
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	8.224	–
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		8.224	–
Obrigações por repasses do exterior	14	140.556	122.610
Resspasses do exterior		140.556	122.610
Instrumentos financeiros derivativos	6b	4.237	1.512
Instrumentos financeiros derivativos		4.237	1.512
Outras obrigações		23.444	20.082
Fiscais e previdenciárias	16a	22.963	19.091
Diversas	16b	481	991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		359.869	280.039
Capital social	18a	268.920	199.183
De domiciliados no país		268.920	199.183
Reservas de lucros		91.123	80.516
Ajustes de avaliação patrimonial		(174)	340
TOTAL DO PASSIVO		1.824.154	1.995.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação

	Nota	2º Semestre		Exercício	
		2013	2013	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		130.659	283.249	156.707	
Operações de crédito	20a	59.331	110.176	91.662	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20b	8.338	20.820	17.222	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20c	2.460	1.993	(7.967)	
Resultado de operações de câmbio	20d	60.526	150.135	55.580	
Resultados das aplicações compulsórias		4	125	210	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(107.481)	(211.626)	(114.587)	
Operações de captação no mercado	20e	(17.182)	(31.901)	(26.674)	
Operações de empréstimos e repasses	20f	(65.958)	(163.168)	(63.149)	
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(24.341)	(16.557)	(24.764)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		23.178	71.623	42.120	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(12.511)	(23.645)	(1.262)	
Receitas de prestação de serviços		2	5	7	
Despesas de pessoal	20g	(1.583)	(3.880)	(3.574)	
Outras despesas administrativas	20h	(2.401)	(6.418)	(5.294)	
Despesas tributárias	20i	(3.187)	(5.728)	(3.474)	
Outras receitas operacionais	20j	2	472	11.462	
Outras despesas operacionais	20k	(5.344)	(8.096)	(389)	
RESULTADO OPERACIONAL		10.667	47.978	40.858	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		10.667	47.978	40.858	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15a	7.358	(7.641)	(6.179)	
Provisão para imposto de renda		(1.932)	(9.180)	(16.463)	
Provisão para contribuição social		(775)	(4.856)	(9.249)	
Ativo fiscal diferido		10.065	6.395	19.533	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		18.025	40.337	34.679	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		29.347	29.347	-	
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		268.919.589	268.919.589	199.182.535	
LUCRO POR AÇÃO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS - R\$1,00		0,07	0,15	0,17	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais - R\$, exceto dividendos por ação

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	198.843	—	2.462	43.704	307	—	245.316
Aumento de capital	340	—	—	—	—	—	340
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	—	—	—	—	33	—	33
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	34.679	34.679
Destinações:							
Reservas	—	—	1.734	32.616	—	(34.350)	—
Dividendos (R\$ 0,002 por ação)	—	—	—	—	—	(329)	(329)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	199.183	—	4.196	76.320	340	—	280.039
Aumento de capital	47.071	22.666	—	—	—	—	69.737
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	—	—	—	—	(514)	—	(514)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	40.337	40.337
Destinações:							
Reservas	—	—	2.017	8.590	—	(10.607)	—
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,11 por ação)	—	—	—	—	—	(29.347)	(29.347)
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	—	—	—	—	—	(383)	(383)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	246.254	22.666	6.213	84.910	(174)	—	359.869
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	199.183	329	4.196	76.320	(243)	22.312	302.097
Aumento de capital	47.071	22.337	—	—	—	—	69.408
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	—	—	—	—	69	—	69
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	18.025	18.025
Destinações:							
Reservas	—	—	2.017	8.590	—	(10.607)	—
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,11 por ação)	—	—	—	—	—	(29.347)	(29.347)
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	—	—	—	—	—	(383)	(383)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	246.254	22.666	6.213	84.910	(174)	—	359.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2º Semestre	Exercício	
		2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	(163.776)	(114.644)	(473.759)
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	47.312	72.955	87.897
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.667	47.978	40.858
Provisão para contingências	24.340	16.557	24.764
Depreciação	2.148	3.174	2.841
Impostos diferidos	20	42	43
Variação de ativos e obrigações	10.137	5.204	19.391
(Aumento) redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	(211.088)	(187.599)	(561.656)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	6.465	(105)	6.704
Aumento de operações de crédito	(44.577)	(66.473)	44.732
(Aumento) redução de outros créditos	(334.377)	(111.970)	(129.666)
Aumento de outros valores e bens	191.549	27.466	(448.335)
Aumento (redução) de relações interfinanceiras e interdependências	(948)	(4.230)	(27)
Aumento (redução) de instrumentos financeiros derivativos	(27.765)	(33.870)	7.475
Aumento (redução) de outras obrigações	8.756	19.578	(21.032)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.969)	7.613	(1.126)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.222)	(25.608)	(20.381)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso	(15)	(71)	(71)
Investimentos no imobilizado de uso e intangível	–	3	(71)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (redução) de depósitos	118.959	(195.101)	573.769
Redução de captações no mercado aberto	(20.419)	(306.096)	345.764
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	–	–	(1.301)
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	283.167	89.530	(4.187)
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	(183.850)	(18.596)	233.153
Dividendos pagos	(6.681)	(6.681)	–
Aumento de capital	46.742	46.742	340
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	(44.832)	(309.816)	99.939
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	170.312	435.295	335.356
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	125.480	125.480	435.295
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(44.832)	(309.815)	99.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em milhares de reais - R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balanços mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas fiscais que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 15%.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

Cargill

Banco Cargill

Em milhares de reais - R\$

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Disponibilidades	11.138	44.287
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	<u>114.342</u>	<u>391.008</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>125.480</u></u>	<u><u>435.295</u></u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel/vencimento	2013	2012
	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	114.342	380.105
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	10.903
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Vinculados ao crédito rural	<u>606</u>	<u>501</u>
	<u><u>114.948</u></u>	<u><u>391.509</u></u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e Valores Mobiliários, classificados como disponíveis para venda

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as ações de companhias abertas estão custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2013							
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Valor de curva	Ajuste a mercado
Carteira própria								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	19.992	-	48.518	17.563	86.073	86.220	(147)
Ações de companhias abertas	<u>111</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>111</u>	<u>10</u>	<u>101</u>
Vinculados à prestação de garantias								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>19.527</u>	<u>16.921</u>	<u>—</u>	<u>36.448</u>	<u>36.692</u>	<u>(244)</u>
	<u>111</u>	<u>19.992</u>	<u>19.527</u>	<u>65.439</u>	<u>17.563</u>	<u>122.632</u>	<u>122.922</u>	<u>(290)</u>

Papel/vencimento	2012							
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva	Ajuste a mercado	
Carteira própria								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	21.994	24.100	8.895	54.989	54.790	199	
Ações de companhias abertas	<u>140</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>140</u>	<u>10</u>	<u>130</u>	
Vinculados à prestação de garantias								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>5.410</u>	<u>20.111</u>	<u>25.521</u>	<u>25.283</u>	<u>238</u>	
	<u>140</u>	<u>21.994</u>	<u>29.510</u>	<u>29.006</u>	<u>80.650</u>	<u>80.083</u>	<u>567</u>	

Os ajustes a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi uma perda de R\$ 290 (ganho de R\$ 567 em 2012), e são registrados em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 174 de perda (ganho de R\$ 340 em 2012), líquidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da BM&FBOVESPA.

(b) Instrumentos financeiros derivativos
(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBOVESPA, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários e contratos de balcão registrados na CETIP S.A., também avaliados pelo valor de mercado.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providênciaria os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos
• Contratos de Swap

Indexador	2013					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	Ganho (perda)
Pré x CDI	5.000	5.197	5.320	(123)	(17)	(106)
CDI x Dólar	15.000	15.954	16.490	(536)	(503)	(33)
CDI x Pré	5.000	5.320	5.197	123	17	106
Dólar x Pré	21.700	2.943	661	2.282	–	2.282
	<u>46.700</u>	<u>29.414</u>	<u>27.668</u>	<u>1.746</u>	<u>(503)</u>	<u>2.249</u>
Vencimento						
De 91 a 180 dias	21.700	2.943	661	2.282	–	2.282
De 181 a 360 dias	25.000	26.471	27.007	(536)	(503)	(33)
	<u>46.700</u>	<u>29.414</u>	<u>27.668</u>	<u>1.746</u>	<u>(503)</u>	<u>2.249</u>

Indexador	2012					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	Ganho (perda)
Pré x CDI	20.000	21.572	21.169	403	102	301
CDI x Pré	20.000	21.164	21.483	(319)	(83)	(236)
	<u>40.000</u>	<u>42.736</u>	<u>42.652</u>	<u>84</u>	<u>19</u>	<u>65</u>
Vencimento						
De 181 a 360 dias	40.000	42.736	42.652	84	19	65

Os contratos de Swap são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 31 de Dezembro de 2013 e de 2012



Banco Cargill

Em milhares de reais - R\$

• Contratos de operações a termo

Tipo	2013				
	Valor financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de Curva
Compra - dólar	889.526	41.152	1.890	39.262	(13.078)
Venda - dólar	909.368	2.172	40.877	(38.705)	15.260
	<u>1.798.894</u>	<u>43.324</u>	<u>42.767</u>	<u>557</u>	<u>2.182</u>
Vencimento					
Até 90 dias	157.833	1.544	1.963	(419)	821
De 91 a 180 dias	834.565	26.746	26.334	412	1.014
De 181 a 360 dias	530.171	11.414	10.233	1.181	1.237
Acima de 360 dias	276.325	3.620	4.237	(617)	(890)
	<u>1.798.894</u>	<u>43.324</u>	<u>42.767</u>	<u>557</u>	<u>2.182</u>

Tipo	2012				
	Valor financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de Curva
Compra - dólar	935.360	9.677	13.883	(4.206)	(21.488)
Venda - dólar	883.885	12.015	9.646	2.369	19.161
	<u>1.819.245</u>	<u>21.692</u>	<u>23.529</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(2.327)</u>
Vencimento					
Até 90 dias	461.382	7.027	9.359	(2.332)	(2.469)
De 91 a 180 dias	1.049.170	11.068	10.006	1.062	971
De 181 a 360 dias	266.390	2.995	2.652	343	360
Acima de 360 dias	42.303	602	1.512	(910)	(1.189)
	<u>1.819.245</u>	<u>21.692</u>	<u>23.529</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(2.327)</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• Contratos futuros

Tipo	Contraparte	Local de negociação	2013				
			Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:							
Venda DI1	BM&FBOVESPA	Bolsa	56.458	256.243	387.628	191.742	892.071
Cupom cambial:							
Compra DDI	BM&FBOVESPA	Bolsa	47.153	–	–	–	47.153
Venda DDI	BM&FBOVESPA	Bolsa	6.564	–	31.517	–	38.081
Moeda estrangeira:							
Compra DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	88.112	–	–	–	88.112
Venda DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	43.924	–	–	–	43.924
Compra SCS	BM&FBOVESPA	Bolsa	<u>1.180</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>1.180</u>
			<u>243.391</u>	<u>256.243</u>	<u>419.145</u>	<u>191.742</u>	<u>1.110.521</u>

Tipo	Contraparte	Local de negociação	2012				
			Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:							
Compra DI1	BM&FBOVESPA	Bolsa	–	–	–	52.052	52.052
Venda DI1	BM&FBOVESPA	Bolsa	52.750	320.574	272.194	42.662	688.180
Cupom cambial:							
Compra DDI	BM&FBOVESPA	Bolsa	–	1.018	–	–	1.018
Venda DDI	BM&FBOVESPA	Bolsa	6.125	–	4.061	–	10.186
Moeda estrangeira:							
Compra DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	7.663	–	–	–	7.663
Venda DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	<u>46.721</u>	<u>321.592</u>	<u>276.255</u>	<u>94.714</u>	<u>805.820</u>
			<u>113.259</u>	<u>321.592</u>	<u>276.255</u>	<u>94.714</u>	<u>805.820</u>

Os contratos de futuros são negociados e registrados na BM&FBOVESPA. O valor do ajuste a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 739 (ajuste a receber de R\$ 232 em 2012), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
(a) Por tipo de operação

Descrição	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	601.930	41,54	691.582	47,95
Financiamentos à exportação	672.949	46,44	648.793	44,98
Empréstimos	174.306	12,02	86.492	6,00
Com características de concessão de crédito	—	—	15.473	1,07
	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>	<u>1.442.340</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	726.770	50,15	706.222	48,97
Operações de crédito - Longo prazo	120.485	8,31	29.063	2,01
Carteira de câmbio - Circulante	601.930	41,54	691.582	47,95
Outros créditos - Circulante	—	—	15.473	1,07

(b) Por vencimento

Descrição	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	21.545	1,49	18.865	1,31
A vencer até 3 meses	181.137	12,50	208.562	14,46
A vencer de 3 a 12 meses	1.126.018	77,70	1.185.850	82,22
A vencer de 1 a 3 anos	112.033	7,73	26.546	1,84
A vencer de 3 a 5 anos	8.452	0,58	2.517	0,17
	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>	<u>1.442.340</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	845.637	58,35	746.637	51,76
Indústria	387.840	26,76	319.269	22,14
Comércio	188.611	13,01	249.247	17,28
Outros serviços	27.097	1,88	127.187	8,82
	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>	<u>1.442.340</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2013	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	572.293	—
Empréstimos no exterior - Exportação	—	629.595
Total	<u>572.293</u>	<u>629.595</u>

Descrição	2012	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	597.268	—
Empréstimos no exterior - Exportação	—	601.855
Total	<u>597.268</u>	<u>601.855</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	2013		
			Total	%	Valor da provisão
AA	522.537	—	522.537	36,06	—
A	767.851	—	767.851	52,99	3.839
B	39.215	—	39.215	2,71	392
C	7.893	—	7.893	0,54	237
D	16.223	17.997	34.220	2,36	3.422
E	61.611	—	61.611	4,25	18.483
F	12.310	—	12.310	0,85	6.155
H	—	3.548	3.548	0,24	3.548
	<u>1.427.640</u>	<u>21.545</u>	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>	<u>36.076</u>

Em milhares de reais - R\$

Nível	2012				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da provisão
AA	484.172	–	484.172	33,57	–
A	784.960	–	784.960	54,42	3.925
B	119.550	–	119.550	8,29	1.195
C	22.507	1.942	24.449	1,70	733
D	78	–	78	0,01	8
H	<u>12.208</u>	<u>16.923</u>	<u>29.131</u>	<u>2,01</u>	<u>29.131</u>
	<u>1.423.475</u>	<u>18.865</u>	<u>1.442.340</u>	<u>100,00</u>	<u>34.992</u>

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	34.992	13.688
Constituição	29.663	28.770
Reversão	(13.106)	(4.006)
Baixa para prejuízo	(15.473)	(3.460)
Saldo final	<u>36.076</u>	<u>34.992</u>
Operações de crédito - Circulante	25.086	12.319
Operações de crédito - Longo prazo	4.622	5.154
Outros créditos - Circulante	6.368	17.519

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram recuperados R\$ 6.681 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 1.150 em 2012), e renegociados créditos no montante de R\$ 22.095 (R\$ 24.761 em 2012).

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2013	
	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	646.604	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	16.046	–
Obrigações por compra de câmbio	–	585.884
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(585.884)
Circulante	<u>662.650</u>	<u>–</u>

Descrição	2012	
	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	683.799	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	17.143	–
Obrigações por compra de câmbio	–	674.592
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(674.439)
Circulante	<u>700.942</u>	<u>153</u>

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2013		2012
	2013	2012	2012
Créditos tributários (nota 15c)	26.085	19.533	
Devedores por depósitos em garantia (nota 17a)	22.196	18.640	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	156	10	
Impostos e contribuições a compensar	20	20	
Adiantamentos e antecipações salariais	15	–	
Títulos e créditos a receber (nota 7a)	–	15.473	
Outros	<u>206</u>	<u>–</u>	
	<u>48.678</u>	<u>53.676</u>	
Circulante	19.515	28.791	
Longo prazo	29.163	24.885	

O valor total do item títulos e créditos a receber estão classificados no nível H, 100% provisionado.

10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação - %	2013			2012
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	49	40	9	12
Sistema de comunicação	10	–	–	–	4
Sistema de processamento de dados	20	173	160	13	12
Sistema de transporte	20	<u>148</u>	<u>66</u>	<u>82</u>	<u>112</u>
		<u>370</u>	<u>266</u>	<u>104</u>	<u>140</u>

11. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2013			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	239	—	—	239
Pessoas físicas	184	—	—	184
Sociedades ligadas	659	3.882	63.119	67.660
	1.082	3.882	63.119	68.083

Segmento de mercado	2012			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	42.170	—	—	42.170
Pessoas físicas	127	—	—	127
Sociedades ligadas	1.366	316	330.200	331.882
	43.663	316	330.200	374.179

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título emitido	2013			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Letras de créditos do agronegócio - LCA	262.845	126.723	102.214	8.224
Total				
2012				
Título emitido	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de créditos do agronegócio - LCA	308.610	93.625	8.241	410.476

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado de 85% a 95% da variação do DI (85% a 94% em 2012) e taxa de juros pré-fixado de 7,05% a 11,04%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o Banco não possuía operações com juros pré-fixado.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2013			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	211.423	232.520	217.446	661.389
2012				
Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	84.700	220.499	392.708	697.907

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se à captação com variação cambial e taxas de juros de 0,87% a.a. a 8% a.a. (0,96% a.a. a 12% a.a. em 2012).

14. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2013		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior	256	140.556	140.812
2012			
Obrigações em moeda estrangeira	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior	280	122.610	122.890

Obrigações por repasses do exterior com variação cambial e taxas de juros de 0,98% a.a. (1,16% a.a. em 2012).

15. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS
(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) e juros sobre o capital próprio	47.978	40.858
Juros sobre o capital próprio	(29.347)	—
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	18.631	40.858
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 40%	(7.452)	(16.343)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias de exercícios anteriores cujos créditos foram registrados no exercício	—	10.318
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indevidáveis	(222)	(142)
Outros	33	(12)
Despesa com IRPJ e CSLL	(7.641)	(6.179)

Em milhares de reais - R\$

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2012	Constituição	Reversão	31/12/2013
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	227	6	(193)	40
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	221	1.192	—	1.413
Total	<u>448</u>	<u>1.198</u>	<u>(193)</u>	<u>1.453</u>

(c) Ativo fiscal diferido

• **Natureza e origem dos créditos tributários**

Descrição	31/12/2012	Constituição	Reversão	31/12/2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	13.997	11.864	(11.431)	14.430
Operações em prejuízo	638	5.551	—	6.189
Ajuste a valor de mercado de derivativos	314	—	(314)	—
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	—	2.856	(2.699)	157
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	<u>4.584</u>	<u>1.188</u>	<u>(463)</u>	<u>5.309</u>
Total dos créditos registrados	<u>19.533</u>	<u>21.459</u>	<u>(14.907)</u>	<u>26.085</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o Banco cumpriu com todas as exigências para constituição de ativo fiscal diferido, conforme determinado na Resolução CMN nº 3.355/06, passando assim a contabilizar o crédito tributário decorrente das diferenças temporárias do imposto de renda e da contribuição social.

• **Expectativa e realização dos créditos tributários**

Ano	IRPJ	CSLL	Total
2014	11.739	7.043	18.782
2015	659	396	1.055
2016	62	38	100
2017	765	459	1.224
2023	<u>4.924</u>	<u>—</u>	<u>4.924</u>
Total	<u>18.149</u>	<u>7.936</u>	<u>26.085</u>

• **Valor presente dos créditos tributários**

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 20.756 (R\$ 16.208 em 2012), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2013	2012
Provisão para riscos fiscais (nota 17a)	22.607	18.979
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.895	21.658
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	1.453	448
Impostos e contribuições sobre salários	82	75
Outros	<u>4.455</u>	<u>36</u>
Circulante	<u>37.492</u>	<u>41.196</u>
Longo prazo	<u>14.529</u>	<u>22.105</u>
	<u>22.963</u>	<u>19.091</u>

(b) Diversas

Descrição	2013	2012
Provisões (nota 17a)	962	1.416
Despesas com pessoal	197	183
FGC - Fundo garantidor de crédito	112	50
Publicações	82	101
Processamento de dados	13	54
Outros	10	9
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 19)	<u>—</u>	<u>148</u>
Circulante	<u>1.376</u>	<u>1.961</u>
Longo prazo	<u>895</u>	<u>970</u>
	<u>481</u>	<u>991</u>

17. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS
(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos exercícios de 2013 e de 2012

O Banco lida com questões de naturezas fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Descrição	2013	2012
Saldo da provisão no início do exercício	20.395	17.554
Constituição	3.634	3.465
Reversão	(460)	(624)
Saldo da provisão no fim do exercício	<u>23.569</u>	<u>20.395</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão sendo depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2013 as provisões totalizaram R\$ 18.627 (R\$ 14.999 em 2012).

O Banco obteve sentença favorável em 1^a instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previsto na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3^a Região manteve a decisão de 1^a instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previsto na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3^a Região transitou em julgado em 22/01/2013. Após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão sendo depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o Banco questiona o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01. No exercício de 2013 as provisões totalizaram R\$ 1.070 (R\$ 1.070 em 2012).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrida a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos exercícios de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, foram depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2013 as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2012).

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais		Valores provisionados	
	2013	2012	2013	2012
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	2.541	2.043	2.599	2.092
COFINS	15.670	12.608	16.028	12.907
FGTS	260	260	260	260
INSS	810	810	810	810
	<u>22.191</u>	<u>18.631</u>	<u>22.607</u>	<u>18.979</u>

(b) Contingências não prováveis

Os passivos contingentes classificados como perdas não prováveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas não prováveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: auto de infração lavrado para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 a dezembro de 2003, no valor total de R\$ 13.649 (R\$ 11.256 em 2012).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 268.919.589 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Conforme Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 329, com a emissão de 329.457 ações ordinárias nominativas.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 46.742 com emissão de 46.741.704 ações ordinárias nominativas.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 22.666 com emissão de 22.665.892 ações ordinárias nominativas.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos e reserva legal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está assim demonstrado:

Descrição	2013	2012
Lucro líquido do exercício	40.337	34.679
Reserva legal	(2.017)	(1.734)
Base para cálculo dos dividendos	38.320	32.945
Dividendos provisionados/pagos	383	329

(c) Juros sobre o Capital Próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2013 de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 29.347, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 11.739.

Em milhares de reais - R\$

(d) Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

19. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o Banco mantém ou manteve operações com as seguintes partes relacionadas:

- Valores a receber: Cargill Agrícola S.A.
- Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., TEAG - Terminal Exportador de Açúcar do Guarujá Ltda., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Holding Participações Ltda., Cargill Comercializadora de Energia Ltda., Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., SJC Bioenergia S.A., Cargill Brasil Participações Ltda. e Cargill Agro Ltda.
- Depósitos a prazo: Cargill Agro Ltda. e Cargill Alimentos Ltda., SJC Bioenergia S.A. e Cargill Agrícola S.A.
- Letras de Crédito do Agronegócio - LCA: Cargill Agrícola S.A. e TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda.
- Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc
- Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc
- Operações a termo: TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., TEAG - Terminal Exportador de Açúcar do Guarujá Ltda., Cargill Alimentos Ltda., SJC Bioenergia S.A. e Central Energética Vale do Sapucaí Ltda.
- Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A. e Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.

As operações foram realizadas em condições usuais de mercado e os valores apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram:

Descrição	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2013	2012	2013	2012
Valores a receber	206	–	–	–
Depósitos à vista	(659)	(1.366)	–	–
Depósitos a prazo	(67.001)	(330.516)	(6.850)	(979)
Letras de crédito do agronegócio - LCA	(3.654)	(37.654)	(733)	(1.123)
Obrigações por empréstimos	(661.389)	(697.907)	(143.553)	(51.241)
Obrigações por repasses do exterior	(140.812)	(122.890)	(19.615)	(11.908)
Operações a termo	2.180	3.745	4.102	3.075
Valores a pagar/serviços técnicos especializados	–	(148)	(2.075)	(1.972)

Os montantes referentes à remuneração dos membros chaves da Administração do Banco no exercício constituem o valor de R\$ 681 (R\$ 1.402 em 2012) que incluem proventos e gratificações de curto e de longo prazo.

20. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	2013	2012
Rendas de financiamentos a exportação	45.735	84.144	80.574
Rendas de empréstimos	11.996	19.171	9.938
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.600	6.861	1.150
	<u>59.331</u>	<u>110.176</u>	<u>91.662</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.773	14.281	8.734
Títulos de renda fixa	3.565	6.539	8.488
	<u>8.338</u>	<u>20.820</u>	<u>17.222</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	2013	2012
Contratos de opções	447	1.372	(384)
Contratos de operações a termo	1.748	914	(1.478)
Contratos futuros	800	239	(7.215)
Swap	(535)	(532)	1.110
	<u>2.460</u>	<u>1.993</u>	<u>(7.967)</u>

(d) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	2013	2012
Resultado com variação cambial	39.452	102.660	25.623
Resultado de operações de câmbio	20.748	43.693	28.888
Outros	326	3.782	1.069
	<u>60.526</u>	<u>150.135</u>	<u>55.580</u>

(e) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	2013	2012
Letras de crédito do agronegócio - LCA	13.767	22.820	24.854
Depósito a prazo - CDB	2.988	8.496	979
Despesa com operações compromissadas	167	194	764
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	260	391	77
	<u>17.182</u>	<u>31.901</u>	<u>26.674</u>

(f) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	2013	2012
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	57.491	143.553	51.241
Despesas com repasses do exterior	<u>8.467</u>	<u>19.615</u>	<u>11.908</u>
	<u>65.958</u>	<u>163.168</u>	<u>63.149</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	2013	2012
Proventos	1.033	2.785	2.486
Encargos sociais	415	817	786
Benefícios	<u>135</u>	<u>278</u>	<u>302</u>
	<u>1.583</u>	<u>3.880</u>	<u>3.574</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	2013	2012
Serviços técnicos especializados	955	3.152	2.459
Processamento de dados	669	1.523	1.367
Serviços do sistema financeiro	339	716	679
Aluguel	48	136	154
Emolumentos judiciais e cartorários	109	120	106
Publicações	77	114	126
Contribuição entidades de classe	39	88	73
Depreciações	20	42	43
Comunicação	17	38	38
Viagens	26	33	33
Contribuição sindical patronal	—	—	21
Outras	<u>102</u>	<u>456</u>	<u>195</u>
	<u>2.401</u>	<u>6.418</u>	<u>5.294</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	2013	2012
Contribuição à COFINS	2.405	4.228	2.970
Contribuição ao PIS	426	755	484
Outros	<u>356</u>	<u>745</u>	<u>20</u>
	<u>3.187</u>	<u>5.728</u>	<u>3.474</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	2013	2012
Reversão de provisões operacionais	—	460	624
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	—	—	10.740
Recuperação de encargos e despesas	—	6	90
Outros	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>8</u>
	<u>2</u>	<u>472</u>	<u>11.462</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	2013	2012
Despesas de comissões de carta de fiança	5.133	7.759	123
Descontos concedidos em operações de créditos	167	234	83
Despesas de processos judiciais - Cobrança operações de crédito	32	81	155
Outros	<u>12</u>	<u>22</u>	<u>28</u>
	<u>5.344</u>	<u>8.096</u>	<u>389</u>

Em milhares de reais - R\$

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparéncia. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como as políticas internas do Banco.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 3.464/07, visando otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes a sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pela Resolução CMN nº 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Índice de Basileia

	2013	2012
Ativos ponderados por risco (RWA)	1.493.661	1.359.253
Patrimônio de referência (PR)	359.868	280.039
Patrimônio de referência mínimo para RBAN e RWA	164.421	151.459
Valor total da parcela RBAN	118	1.941
Valor da margem sobre PR (considerando Rban)	<hr/>	<hr/>
Índice de basileia - (PR ÷ RWA)	195.447	128.580
Índice de basileia amplo (PR - Rban * F) ÷ RWA	24,09%	20,60%
Fator "F" - Circular BACEN nº 3.360/07	24,09%	20,59%
	11%	11%

Para efeitos de comparabilidade, a "Alocação de Capital mínimo exigido" do período de 2012 foi ajustada segundo as especificações da Resolução 4.192/13 e 4.193/13, visto que a partir de 2013 as parcelas consideradas correspondem ao "Ativo ponderado pelo Risco - RWA". Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.bancocargill.com.br.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 9.039 (R\$ 42.081 em 2012) refere-se na sua totalidade por ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida respectivamente, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida onde os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10,0% do salário bruto, com uma contrapartida de 100% e o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que excede a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%, o volume financeiro vertido para os planos durante o exercício de 2013 foi de R\$ 87 (R\$ 70 em 2012).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(i) Superávit do plano

	2013	2012
Plano de aposentadoria	1.493	1.619

(ii) Principais hipóteses atuariais

	2013	2012
Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial		
Taxa de desconto nominal	12,68%	8,68%
Taxa de aumento nominal do salário	8,77%	7,63%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,60%	4,50%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal	8,68%	10,25%
Taxa de aumento nominal do salário	7,63%	7,64%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida à essas instituições.

(d) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que altera a Legislação Tributária Federal. Os tributos impactados pela MP 627/13 são: o Imposto de Renda (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e as Contribuições incidentes sobre a Receita Bruta (PIS/COFINS).

A MP 627/13 dispõe sobre (i) a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) o parcelamento especial da Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O Banco não pretende optar pela antecipação dos efeitos da MP 627/13, e aguardará a conversão em Lei para uma análise definitiva. Em uma primeira avaliação, a Administração entende que não há impactos relevantes a serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

A DIRETORIA

Fernando da Silva Luiz - Contador - CRC 1SP238931/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. (ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior

Contador CRC 1SP230685/O-0



Cargill

Banco Cargill

Av. Morumbi, 8.234 - Brooklin
04703-002 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria@bancocargill.com.br
www.bancocargill.com.br